"A estabilização pode ser feita"

por Claudia Safatle
de Nova York

A estabilização da economia brasileira não é tarefa para uma equipe econômica. É tarefa de médio e longo prazo, que exige vontade política e grande esforço, mas pode ser feita.

Essa avaliação foi feita pelo negociador da dívida externa brasileira, André Lara Resende, um dos principais assessores do ministro da Fazenda. Ele falou ontem a uma platéia de banqueiros e empresários brasileiros e estrangeiros, no seminário "Política de estabilização, privatização e oportunidades no mercado de capitais", promovido pela Gazeta Mercantil e Banco do Brasil, em Nova York.

O elevado patamar da inflação brasileira, que ronda a casa dos 35% mensais, ofusca os avanços que foram feitos nos últimos anos nas reformas estruturais do País. Mas esses avanços existem e foram enumerados por Lara Resende: há menos de dez anos, o governo sequer podia fazer política fiscal, tamanho o emaranhado da contabilidade, mascarada pela conta de movimento do Banco do Brasil. Não havia uma Secretaria do Tesouro Nacional, sequer imaginava-se uma política de liberalização do comércio e o Brasil era uma das mais fechadas economias do mundo. Além disso, o Orçamento Geral da União não tinha nenhuma importância enquanto instrumento de política econômica. "Isso mudou", garantiu.

André Lara Resende

INFLAÇÃO É INSTRUMENTO

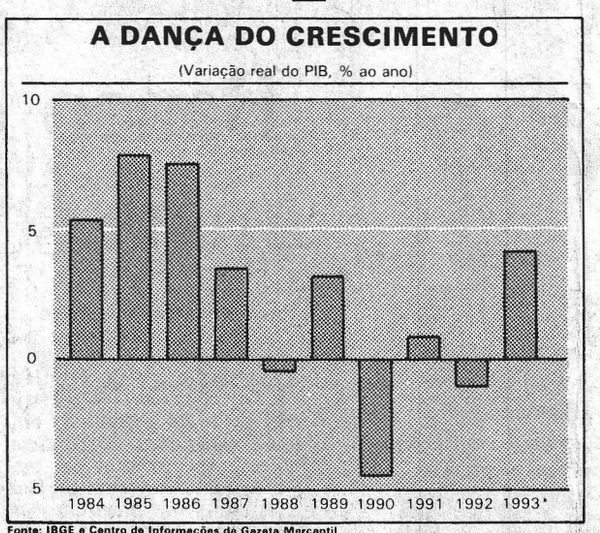
"Lamentavelmente, o Brasil é hoje, no entanto, o único país da América Latina que não conseguiu debelar a inflação", porque permanece um enorme desequilíbrio fiscal. Por não ter enfrentado esse desequilíbrio, o governo "usa a inflação como instrumento para reduzir suas despesas, postergando os gastos ao mesmo tempo em que as receitas são indexadas".

O Orçamento da União para 1994, que está em discussão no Congresso Nacional, traz um déficit operacional de 6% do Produto Interno Bruto (PIB). Cobrir esse déficit demandaria uma taxa de inflação da ordem de 35% ao mês, em 1994, com uma trajetória declinante até chegar à casa dos 10% em dezembro do ano que vem. "No Brasil, experimenta-se o efeito Tanzi ao contrário. Quanto menor a inflação, maior o déficit fiscal", assinalou, referindo-se ao trabalho do economista Vitor Tanzi, do FMI, que indicava a degenaração das receitas fiscais em ambientes fortemente inflacionários.

Lara Resende contou que esteve, nos últimos dias, em Washington, com o renomado economista Michel Bruno, do Fundo Monetário Internacional, que dirigiu o Banco Central de Israel durante a política de estabilização dos anos 80 naquele país. Depois de checar os diversos dados de desempenho da economia brasileira, Bruno comentou, conforme relato de seu interlocutor: "Mas vocês fizeram tudo. É difícil entender como a inflação continua tão elevada". Ao que o economista brasileiro observou: "Faltou lidar com o problema do déficit projetado".

SEM PROBLEMAS COM BANQUEIROS

Somente depois de encarar a questão fiscal é que o governo voltará à mesa de negociação com o Fundo Monetário Internacional, para buscar um acordo do tipo "stand by" tradicional. De posse desse aval do FMI, assegurou o negociador da dívida, o Tesouro norte-americano fará a emissão especial de bônus com prazo de 30 anos, que servirá de colateral para a renegociação da dívida externa brasileira. "O secretário do Tesouro dos EUA, Lloyd Bentsen, disse ao ministro Fernando Henrique Cardoso que o Tesouro está pronto para fazer essa emissão, assim que tivermos um acordo com o Fundo Monetário." Com o comitê de bancos credores, assegurou, não há mais qualquer tipo de problema. Ele espera que os contratos sejam assinados até o final de novembro, ficando a troca dos títulos apenas à espera do "stand by".



Fonte: IBGE e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Estimativa

Os indicadores que mostram a vitalidade da economia

Aos empresários e banqueiros presentes no Astor Ballroom do Marriott Marquis Hotel, onde foi realizado o seminário, André Lara Resende listou alguns do principais indicadores que mostrariam a vitalidade da economia brasileira e os progressos feitos, inclusive na área da privatização. A economia está crescendo 5% este ano, as reservas cambiais superam US$ 25 bilhões, o saldo da balança comercial este ano será superior a US$ 15 bilhões. Foram privatizadas todas as empresas estatais do segmento siderúrgico, está na reta final a privatização do setor petroquímico e, na nova fase da privatização, o governo deverá começar a entrar nas concessões da área de energia elétrica.

Por ocasião da revisão constitucional, marcada para começar no dia 6 de outubro próximo, o governo pretende conseguir rever as áreas de monopólio da União, para poder privatizar as empresas de telecomunicações e de mineração.

AS QUESTÕES MAIS IMPORTANTES

Três questões polarizaram os interesses dos empresários presentes ao seminário. O acordo da dívida externa, o ajuste fiscal e a política de privatização.

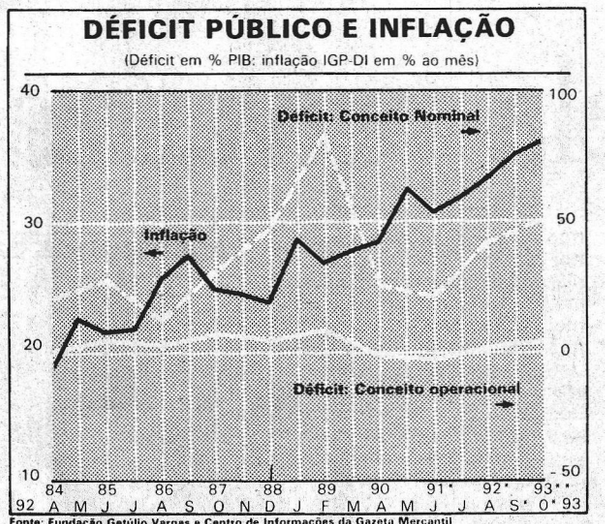
Um representante de um banco credor do Brasil indagou ao negociador da dívida externa quais as forças que estavam pressionando o governo a chegar a um acordo com o FMI, dada a enorme dificuldade política do governo brasileiro para implementar uma política bem-sucedida de estabilização. Lara Resende respondeu que o acordo externo sempre foi compreendido, pelo Brasil, como um esforço de três setores: do País, dos bancos credores e das instituições multilaterais (FMI, BIRD e BID), juntamente com o Tesouro americano. "Nesse sentido, todos sabemos que a negociação exige um acordo com o Fundo Monetário Internacional". Disse, ainda, que não há desacordo entre o que o governo brasileiro deseja fazer e o que o FMI considera necessário. Mas o FMI quer que, primeiro, tomemos as medidas para atingir o equilíbrio fiscal em 94.

O ajuste fiscal está à espera da revisão constitucional, que poderia ter sido tentado através de uma emenda à Constituição, mas com a revisão começando no próximo mês, este seria o momento mais oportuno para tomar as medidas necessárias.

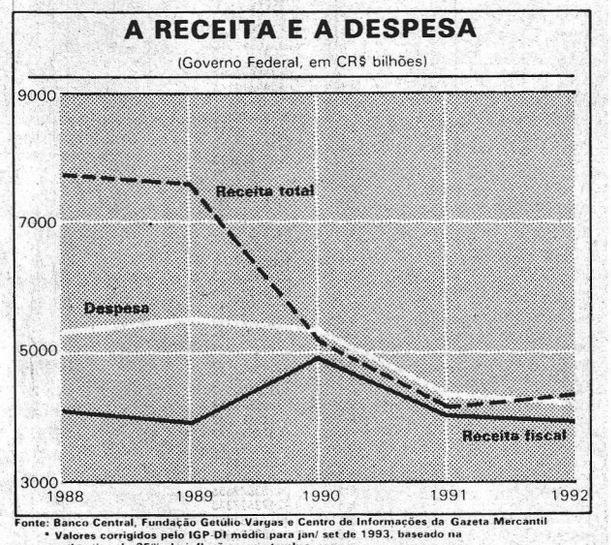
À ESPERA DO FMI

Ele garantiu, também, que o governo brasileiro não considera a hipótese de, sem o aval do FMI ao programa de estabilização, ir ao mercado para comprar os bônus série especial do Tesouro americano, com prazo de resgate de trinta anos. Em fevereiro, quando o Tesouro dos EUA faz uma emissão especial (são apenas duas por ano), o governo do Brasil poderia entrar comprando esses títulos com as reservas cambiais do País. Lara Resende garantiu que isso não vai acontecer, sobretudo porque as dimensões da necessidade de colateral (são US$ 2,8 bilhões) certamente elevariam os preços desses papéis.

"O País vai fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional e vai aguardar a emissão dos bônus pelo governo americano", sustentou.



Fonte: Fundação Getúlio Vargas e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Dados preliminares
** Estimativas



Fonte: Banco Central, Fundação Getúlio Vargas e Centro de Informações da Gazeta Mercantil
* Valores corrigidos pelo IGP-DI médio para jan/ set de 1993, baseado na estimativa de 35% de inflação em setembro